

## **Fronteiras jornalísticas: do silêncio à alteridade<sup>1</sup>**

**Jacqueline Deolindo<sup>2</sup>**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

### **RESUMO**

Este texto é um ensaio teórico sobre as zonas de escassez midiática. Seu desenvolvimento parte de dois pontos principais: a proposição do geógrafo Milton Santos sobre as regiões jornalísticas e o conceito de fronteira, espaço ambíguo que tanto pode promover trocas culturais e alteridade como também abrigar as lutas ou o silêncio. Tomando como princípio a centralidade da comunicação na organização do espaço social e as especificidades sócio-políticas do jornalismo, o artigo traz reflexões sobre a condição periférica dos lugares privados dessa espécie de narrativa. Considera como algumas iniciativas de produção de notícias *on-line* representam um recurso que certos lugares têm utilizado com relativa eficiência para saírem daquela invisibilidade comum às áreas em condição de subalternidade geopolítica, econômica e cultural e que são vítimas da distribuição desigual da informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira; Regiões jornalísticas; Escassez midiática; Alteridade

“O homem habita na proximidade  
com o extraordinário”.  
(D’AMARAL, 2004, p. 26)

### **Introdução**

Pensar a fronteira não é uma iniciativa original ou inédita, posto que diversas áreas do saber já se ocuparam dela. Mais recentemente, vinculada às Ciências Sociais Aplicadas, a Comunicação também tem se debruçado sobre o tema, a partir das suas interfaces com a Geografia. Os estudos têm sido particularmente férteis em investigar as especificidades da mídia fronteira, as trocas sócio-culturais por ela promovidas e as representações do Brasil e dos países limítrofes construídas e partilhadas a partir das produções televisivas, de rádio, jornal e web na interseção dos territórios<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT Geografias da Comunicação, no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus 2013.

<sup>2</sup> Aluna do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ, sob orientação da Prof. Dra. Sonia Virgínia Moreira. Bolsista Capes. E-mail: jacquelineolindo@gmail.com

Dada essa perspectiva, entretanto, o objetivo desse texto é mais modesto: pretende-se aqui tão somente desenvolver algumas reflexões pontuais sobre a fronteira, buscando elementos para pensar um outro tipo de limite: a fronteira entre as regiões jornalísticas (SANTOS, 2007 [1955])<sup>4</sup>, espaço onde se dá o encontro, mas também a diferença, certamente, o extraordinário, ainda que dele não se tenha notícia.

## Fronteira e região

“No latim, o vocábulo fronteira vem de 'fronteria' ou 'frontaria' e significa a parte do território que fica 'in fronte', ou seja, nas margens” (OTA, 2011, p. 206). A etimologia, como veremos, além de não restringir os diversos outros significados que a fronteira assume contemporaneamente, ainda contempla aquele que desejamos estudar.

Para apresentarmos apenas duas definições correntes, a fronteira pode ser considerada literalmente, como “linha que separa territórios, estabelecendo sua extensão”, ou simbolicamente, como “ponto extremo de algo abstrato”, “limite entre duas situações ou estados”<sup>5</sup>. Nenhum dos dois sentidos deixa escapar aquela dimensão fugidia, aquele interstício de múltipla pertença. A placa que indica “divisa de municípios”; a expressão que sentenciar “entre a vida e a morte”; o rio que separa Bom Jesus do Itabapoana, no Estado do Rio, e Bom Jesus do Norte, no Espírito Santo, o Oceano que opõe Brasil e África, o limite da razão ou os poucos (ou muitos) quilômetros que separam certos bairros e regiões do interior são exemplos que deixam entrever nosso objeto, cuja demarcação deve ser considerada, como veremos, além dos critérios geopolíticos, porque a fronteira apresenta, também, uma dimensão social, econômica, cultural e histórica. Por isso mesmo, nem sempre tratam-se de demarcações oficiais, mas que se desenham a partir da produção dos sujeitos.

A dimensão simbólica da fronteira, inclusive, sobrepuja sua dimensão literal, principalmente “no momento em que um mercado liberal mundial ocupa espaço, e onde as

---

<sup>3</sup> Ao longo do texto utilizaremos termos território, lugar e espaço como distintos, seguindo a proposta de Haesbaert & Limonad (2007): território pressupõe limite e domínio sobre o espaço geográfico; espaço geográfico como um espaço relacional, definido pelas relações sociais que ali ocorrem, e lugar, este caracterizado pela contiguidade e relações de presença.

<sup>4</sup> Tese aprovada pelo IV Congresso Nacional de Jornalistas, de Belo Horizonte, em setembro de 1955. Publicada no Boletim da ABI, da Associação Bahiana de Imprensa, ano V, n. 55, em 10 de março de 1956. O texto foi submetido à atualização ortográfica, republicado no boletim número 83, de 1o. de novembro de 2007, da Rede Alfredo de Carvalho de História da Mídia. Encontra-se disponível *on-line*. Utilizamos aqui essa versão digital, que não traz indicativos de paginação. Ver referências.

<sup>5</sup> Definições do minidicionário Houaiss, ver referências.

tecnologias da comunicação parecem suprimir, cada dia mais, os obstáculos ligados ao espaço e ao tempo” (AUGÉ, 2010, p. 20). As especificidades de cada lugar, assim, ultrapassam as demarcações territoriais e podem, para o melhor ou para o pior, exercer influência em outros espaços. Vemos isso facilmente desde as crises econômicas mundiais provocadas pela ação de um determinado mercado nacional até a apropriação de crenças e gostos antes comuns a apenas um povo, passando por outros exemplos nem tão drásticos ou nem tão singelos, como a transmissão de notícias – o que era restrito a determinado território, seja porque só sua gente se interessava pelo assunto ou porque muros ideológicos, econômicos, políticos ou tecnológicos assim o mantinham, ganha agora mais do que visibilidade, existência.

Entretanto, nem sempre a fronteira se mostra tão plástica. Augé (2010) lembra que a mundialização faz ressurgirem ou se fortalecerem fronteiras duras que perpetuam as diferenças, as desigualdades e os enclausuramentos de diversas ordens - “divisões renegadas pela ideologia do sistema (que) encontram-se no próprio coração desse sistema” (AUGÉ, op. cit., p. 22) e que constituem “uma verdade muito mais complexa do que a imagem da globalidade sem fronteiras que serve de álibi a uns e de ilusão a outros” (AUGÉ, op. cit., p. 23).

Tal situação se verifica em escala macro, entre países, mas também em uma escala diminuta, que pode passar despercebida a olhos desatentos e que ignoram que as localidades também são um espaço social marcado por caminhos e descaminhos. Mas ali também “novas fronteiras se desenham, ou antes, novas barreiras se erguem” (AUGÉ, op. cit., p. 21).

Um exemplo é a região, que guarda em si aspectos essenciais da multiplicidade da fronteira, entre eles a relação centro-periferia. Se a considerarmos como um do muitos recortes de uma malha administrativa (BALBIM, 2001, p. 161), como a estadual, ela pode ser considerada periferia da capital ou de outra cidade que lhe sirva de referência econômica, cultural etc. Ela também pode conter um centro e diversas outras periferias, se abrigar a cidade-pólo de uma meso ou micro-região. Do mesmo modo, cada cidade que a integra também abriga as mesmas relações dialéticas, seja entre o centro e os bairros ou a região de cada bairro e seu centro particular. Além disso, cada parte da cidade, cada cidade ou região sempre poderá projetar-se como centro ou como periferia de outros espaços que lhes sirvam de referência, estejam ou não em vizinhança geográfica. Assim, entre centro e periferia dão-se distâncias das mais diversas naturezas, sendo a econômica uma das mais

difíceis e com numerosas implicações. Dão-se também projeções da ordem do imaginário, como Augé (2010) assinala.

O centro geográfico ao qual a palavra “periferias” parece fazer alusão e o conjunto sociológico ao qual faz referência a palavra “integração” existem, de início, negativamente. Negativamente para os que estigmatizam ou denunciam os guetos, a marginalidade ou a exclusão. Mas negativamente, também, aos olhos dos que se consideram, com efeito, como excluídos e periféricos, e para os quais o conjunto a que eles não se recusam a pertencer e o centro do qual eles gostariam de se aproximar são também tão distantes quanto inapreensíveis. (AUGÉ, op. cit., p. 34)

Falar sobre essa compartimentação e sobre essa espécie de binarismo no contexto da mundialização pode parecer um paradoxo, mas não se pode ignorar que, ao mesmo tempo em que a vida segue articulando avanços de diversas ordens e que muitos aspectos da urbanização alcançam determinada região, justamente porque não se pode excluí-la do mundo-cidade, a mesma, seja em sua natureza periférica ou por articular outras relações centro-periferia, como demonstramos acima, pode continuar lidando com precariedades geradas pelas relações de força que se exprimem nos grandes centros do globo e que se reproduzem em escala, por exemplo, no interior, em médias ou pequenas cidades-mundo, nessas “zonas que são a face invisível da mundialização ou ao menos a face que não podemos, não queremos e não sabemos ver”. (AUGÉ, op. cit., p. 44) As fronteiras, no caso das regiões que se encontram sob essa realidade, podem ser difíceis de transpor.

### **Outros mapas**

Consideremos a fronteira, antes de tudo, ou simplesmente, como espaço. Para fazer esse percurso, parece-nos particularmente útil tomarmos como ponto de partida a genealogia do espaço enquanto sistema de pensamento feita por D’Amaral (2004). O autor desenvolve a hipótese de que o espaço, enquanto categoria universal, imanente, foi construído como “simples”, “homogêneo”, “pacífico”, talvez “neutro”, “continente para qualquer conteúdo” (p. 226) para satisfazer o Paradigma do Ocidente, que fundamenta Verdade e Sujeito, instaurando o relativo, desnaturalizando Natureza e Cultura e demarcando distâncias para tornar possível um mundo com homem. Entretanto, nos últimos dois séculos, o avanço da ciência provocou novos modos de pensar e considerar o

espaço, que, ao contrário de ser neutro para a ação do homem, que quer “mais que homem”, é qualificado pela presença ou mesmo a ausência de corpos: “o espaço age, está vivo; não é homogêneo - mas diferenciado; nem neutro – mas suscetível; nem objetivo, mas sensível e reativo”. (p. 226-227)

D’Amaral (op. cit.), inclusive, propõe pensá-lo como “movimento do desejo” (p. 229). Esse “intervalo entre corpos” de modo algum é vazio e imóvel, apenas se visto de longe, porque, na realidade, ele é “tensão”, “desejo de mais”, relação de diferença que afeta as condições de subjetividade, de veracidade, de temporalidade (p. 227). Isso, assim compreendemos, vai implicar na construção do espaço também enquanto sistema social.

A interação entre corpo e espaço, que se constroem mutuamente, pode ser entendida, dentre outros modos, como “produção” (SANTOS, 2002), ainda que o termo, em Milton Santos, assumia outra perspectiva filosófica. “A produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido” (SANTOS, op. cit., p. 202), o que implica em que “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (p. 203). Compreenda-se, espaço geográfico, mas também, social, particularmente quando o trabalho ocorre em comum, em regime de cooperação.

Essa perspectiva sócio-histórica do espaço o caracteriza como fato social, que adquire uma força particular quando o espaço é delimitado em uma unidade – a nação, o estado, a região, a cidade, o bairro. Mas o território, embora estatizado, pode ser pensado também a partir de mapas privados, institucionais, empresariais, comunitários. Estes se desenham e se sobrepõem às demarcações oficiais – e com elas convivem. O critério para se estabelecer os limites de um e de outro, contudo, são os mesmos, geralmente: algo que se destaque na economia dos territórios, e nem tanto ou tão somente a sociedade, sua cultura, sua história ou natureza geográfica – pode ser que isso também. Por exemplo, “a divisão do estado do Rio de Janeiro em regiões de governo (...) leva em conta, entre outros fatores, as características da organização econômica do espaço estadual” (DUARTE, 2008). Desse modo, não é incomum que os limites das regiões extra-oficiais coincidam com o mapa oficial, que segue a mesma tendência para a “leitura” do espaço.

Um exemplo de outro mapa possível e que utiliza muito dessa perspectiva econômica, seria aquele que delimita as regiões jornalísticas. Essa divisão territorial sugerida por (SANTOS, 2007 [1955]) leva em conta as áreas de atuação do jornal, atuação esta determinada sobretudo por recursos econômicos e corresponde tanto às áreas de cobertura quanto às de circulação do produto de comunicação. Nas palavras do autor, cada jornal possui “a sua área mais ou menos de influência, o seu raio de ação determinado, não

só quantitativa como qualitativamente. (...) É a região jornalística”. Nesse “mapa jornalístico do Brasil”, segundo o geógrafo, identificaríamos “regiões e zonas e subzonas jornalísticas. Isso subentende a existência de áreas diferentes, maiores ou menores, uma dentro das outras, onde operam os jornais de acordo com as suas categorias funcionais”, viabilidade financeira e condições de transporte (jornal nacional, estadual, regional e local).

Segundo Santos, cujos argumentos consideravam principalmente o jornal impresso, a geografia também implica diretamente no desempenho do mesmo, porque os recursos que permitem o domínio das distâncias e do tempo favorecem o crescimento da área de atuação de cada veículo em particular, permitindo que o jornal da capital chegue ao interior e até mesmo concorra com as mídias locais produzindo edições que lhes falem de perto ou dando repercussão a assuntos localizados mas que tenham valor-notícia mais amplo. De outro modo, os jornais produzidos na “província” podem ir além dela.

Não é nossa intenção, neste artigo, nos determos nas especificidades das regiões jornalísticas, que estamos estudando mais detidamente ao longo do doutorado, aplicando os aspectos seminais da proposição de (SANTOS, 2007 [1955]) ao mapeamento das regiões jornalísticas do interior do Estado do Rio. Mas queremos, muito pontualmente, sugerir a possibilidade de recortar o tema a partir de um critério que seja pertinente com estas reflexões sobre a fronteira. Preocupa-nos a realidade daqueles municípios que fazem parte das chamadas “zonas de escassez” (SCHRAMM, 1970). Esse atalho exige, contudo, pelo menos lembrar que o funcionamento, a área de atuação ou a região jornalística de cada veículo é estabelecida, entre outros critérios, como colocou o autor e temos observado no campo, também pelo econômico.

A estrutura da empresa jornalística determinará quantas equipes trabalharão, se contarão ou não com carro para percorrer distâncias em busca da notícia e, em caso positivo, até onde poderão viajar, e, se em caso negativo, fará contratos e publicará *releases* das prefeituras da vizinhança ou não, se o produto jornalístico terá mais ou menos tempo de exibição, links ou páginas, se poderá preenchê-los com conteúdo próprio ou se deverá recorrer à reelaboração dos textos do noticiário nacional ou internacional disponível na *internet* para ocupar o espaço vazio, se poderá ou não investir em diversas editorias. Do mesmo modo, sua estrutura econômica poderá implicar na logística de distribuição do conteúdo. Por outro lado, uma empresa jornalística que tenha recursos suficientes poderá, ainda assim, optar por localizar seu negócio, restringindo-o estrategicamente (BOURDIN, 2001).

Isso significa que, por mais que existam veículos de comunicação disputando entre si exclusividades de circulação e alcance, leitores e audiências, não será possível cobrir toda a área que defendem como de sua competência (seja juridicamente, como na legislação que regula as concessões para emissoras de TV e rádio e estabelecem seu alcance, seja comercialmente, como no caso de um jornal, site ou revista, que dependem de sua linha editorial e de seu departamento comercial).

Isso nos faz pensar que, se a operação dos jornais formam regiões, zonas e subzonas jornalísticas, então igualmente forma fronteiras. “Quando há uma 'vontade regional' e recursos econômicos surge o diário da região. Quando a “vontade regional” é desacompanhada de certa densidade econômica, verifica-se a presença de um semanário ou periódico. A ausência de ambas as condições determina a ausência de órgãos de imprensa”. (SANTOS, 2007 [1955]) Com isso, se deve levar em consideração a existência de manchas em que a informação se faz circular por outras formas, não-jornalísticas.

Nossa hipótese é de que também esses limites específicos se enquadram naquelas condições discutidas acima – as fronteiras jornalísticas, muitas vezes, separam os lugares que têm importância e os que não têm, lugares de onde emergem fatos com valor-notícia e os lugares onde “nada acontece” –, constituindo-se áreas desprovidas de um certo tipo de relato.

Essas áreas fronteiriças constituem a periferia do mercado informativo. Receptora do fluxo noticioso, mas nem sempre fonte de contrafluxo<sup>6</sup>, muitas vezes essas áreas não contam com uma narrativa jornalística que represente as próprias questões e acontecimentos, ou seja, não contam com uma atividade jornalística organizada para cobrir as dinâmicas regionais. A notícia dos grandes fatos midiáticos regionais, estaduais, nacionais, mundiais, geralmente chegam lá, através da TV, do rádio, do jornal dos mais diversos centros, mas o que tais lugares parecem emitir para a região da qual fazem parte ou para o resto do mundo é silêncio. Isso não significa contudo que esses espaços não contenham em si as próprias demandas ou que não possuam histórias a serem narradas fora de seus limites, contribuindo com o repertório da Humanidade ou atraindo para si olhares que as arranquem da indiferença a que estão relegadas.

Para o correspondente estrangeiro Ryszard Kapuscinski (2002), inclusive, um jornalismo intencional, concebido como instrumento de luta política, se faz cada vez mais

---

<sup>6</sup> Entendido fluxo noticioso como o fornecimento de notícias a partir de fontes hegemônicas e o contra-fluxo como o seu contrário: o fornecimento de notícias a partir das fontes “colonizadas”, “subalternas” ou “geoculturais”. Ver Enciclopédia da Intercom, 2010, nas referências.

necessário no século XXI, quando o viés econômico da comunicação se impõe ao seu papel social, que é dar voz aos outros, principalmente àqueles que se encontram na fronteira do invisível, mas também falar aos que estão em condição de centralidade e deslocar seu olhar para o entorno.

Si eres un pobre agricultor em un pueblo perdido de la India, para ti no hay esperanza. La gente lo sabe perfectamente. Lo sabe desde tiempos inmemoriales. Esta gente no se rebelará nunca. Así que necesita que alguien hable por ellos. Ésta es una de las obligaciones morales que tenemos cuando escribimos sobre esta parte infeliz de la familia humana. Porque todos ellos son nuestros hermanos y hermanas pobres. Que no tienen voz. Mi intención, sin embargo, es más ambiciosa. (...) es sobre todo la de mostrar a todos nosotros, los europeos – que tenemos una mentalidade muy eurocéntrica – que Europa, o, mejor dicho una parte de la misma, no es lo único que existe em el mundo. Que Europa está rodeada por um inmenso y creciente número de culturas, sociedades, religiones y civilizaciones diferentes. Vivir en un planeta que cada vez está más interconectado significa tener em cuenta esto, y adaptarnos a una situación global radicalmente nueva. (KAPUSCINSKI, 2002, p. 42)

Esse projeto jornalístico lançaria em outra perspectiva também as regiões jornalísticas locais, estaduais e nacionais, porque, em escala, também nelas se opera no risco de fazer a fronteira, privada de narrações, regredir para uma experiência noturna. (CERTEAU, 2004, p. 209)

## **O jornalismo e sua especificidade humanística**

As relações de comunicação estão no cerne do processo de desenvolvimento da história e, se estamos ligados ao mundo pelos sentidos, nessa era da comunicação planetária os sistemas de comunicação assumem um papel de centralidade na produção da atividade simbólica.

O jornalismo, particularmente, ao articular técnicas e linguagens específicas para representar os acontecimentos, imediatos ou não, media a relação indivíduo-sociedade e fornece aos cidadãos uma possibilidade de integrar-se a um mundo cada vez mais dinâmico. É elevando a práxis como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade, como momento privilegiado da construção desta mesma realidade e de si próprios, que o jornalismo, para Genro Filho (1989) apresenta-se como uma atividade dotada de amplas possibilidades revolucionárias e socializadoras.



Apesar de não dar conta da totalidade do que se passa no mundo, o conjunto de testemunhos reunidos e distribuídos pelos veículos jornalísticos contribui não só para “nos aproximarmos do movimento da humanidade para si mesma, no ritmo em que ela se produz” (KARAM, 2005, p. 30), como também forma a memória social, “não única, mas diversa, contraditória, plural” (Id. Ibid, p. 33), ajudando a tecer a própria história da Humanidade, para onde o pensamento dos grupos recorre em busca de informações, interpretações e sentido. O jornalismo é uma “atividade essencial à vida das coletividades”, porque, “com efeito, os homens dos nossos dias têm fome de conhecer o presente.” (BELTRÃO, 1960, p. 60)

Se essa é a atribuição por excelência do jornalismo, decerto ele também possa servir como um equipamento útil no esforço de transpor fronteiras e permitir não apenas fluxos como também contra-fluxos de relatos que, em muitos casos, servem de ponte entre espaços sociais e modificam a distribuição de percepções, significados e compreensões, de modo que limites mais específicos são transcendidos, com rapidez e facilidade (HANNERZ, 1997).

As zonas fronteiriças das regiões jornalísticas, se não ignoradas, mas incluídas, se tornariam, assim, espaços de alteridade, uma vez que os relatos são, como outros elementos, transgressores de limites e estabelecem a comunicação entre mundos. Contemporaneamente, essa afirmativa se reforça, pois “podemos afirmar que, hoje, nenhuma região, ou lugar, encerra em si mesma a totalidade das relações que permitem seu movimento, respondendo às razões externas e internas, às razões de ordem global e local. (BALBIM, 2001, p. 168). Essas interfaces fazem da fronteira, que é limite, também passagem.

## **Caminhos**

Algumas pessoas e grupos descobriram no *on-line* esse caminho. Falando especificamente daqueles apartadas da produção jornalística clássica como produtores ou fontes, esses sujeitos da fronteira entre regiões jornalísticas fazem nascer um número cada vez maior de *blogs* e portais de notícias e opinião, revelando, narrando e relatando o próprio lugar, refletindo sobre ele, representando-o.

É certo que há casos em que se associa a figura do “empacotador” criticado por Ferrari (2003), mas há *sites* conseguem inscrever a fronteira entre os espaços narráveis através de uma produção que contraria o quadro descrito. Ainda que alguns desses relatos

sejam classificados pelos profissionais da área como “artesanato da imprensa”(SANTOS, 2007 [1955]), não se pode negar que eles podem constituir um ato culturalmente criador.

Se antes eram os recursos econômicos que realizavam a vontade regional de fazer circular um periódico ou um diário impressos (de fato dispendiosos), atualmente esse desejo pode se realizar sobre outras bases. Os *softwares*, as redes *on-line*, o conhecimento de suas “engrenagens” estão se democratizando cada vez mais, ampliando o campo de ação dos sujeitos e se oferecendo a eles como uma ferramenta muito mais eficiente para falar através das novas tecnologias, favorecendo a noticiabilidade, e conseqüentemente, a existência midiática da fronteira em um cenário determinado pelo fator tempo no fluxo noticioso, pelos mercados reais e virtuais, pelos cenários urbanos e sua economia.

Assim pensada, a fronteira é, como quer Certeau (2004), um ator que se coloca “entre dois”, articulando relações, promovendo e produzindo. “Não tem caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador” (CERTEAU, 2004, p. 213). Isso se a fronteira não é concretada, como na história da paliçada<sup>7</sup>, mas se plástica, fluida ou porosa por efetuar recusas e articular escapes (CAIAFA, 2011), negociar convenções e investir em produções que possibilitem travessias e novos campos de interação onde possa se dar a multiplicidade.

## Referências

- AGUIAR, Sônia. **Colonialidades da comunicação** (verbetes). Enciclopédia Intercom de Comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Editora Unesp/UFAL, 2010
- BALBIM, Renato Nunes. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Ensaio de geografia contemporânea – Milton Santos: Obra revisitada**. São Paulo: Edusp, 2001
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- CAIAFA, Janice. **Aspectos do múltiplo na sociedades de comunicação**. Niterói: Contracampo, no. 22. Fevereiro de 2011

---

<sup>7</sup> “Era uma vez um recinto fechado, com clarabóia/com espaços para se ver através./Um arquiteto, que viu aquilo,/veio certa tarde até lá/e se apoderou dos espaços/para fazer uma moradia enorme./Então o Senado se apropriou dele/enquanto o arquiteto fugiu/para a Áfri-ou-América”. A canção alemã citada por Certeau (op. cit., p. 213) fala do congelamento político muitas vezes construídos intencionalmente ou não nas fronteiras.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editoria Vozes, 2004
- D'AMARAL, Márcio Tavares. **Comunicação e diferença – Uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004
- DUARTE, Ronaldo Goulart. **Aspectos da geoeconomia fluminense**. Revista Eletrônica do Vestibular, ano 2, no. 3. Rio de Janeiro: UERJ, 2009, disponível em [http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq\\_artigo=5](http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq_artigo=5), último acesso em 12 de julho de 2013
- FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2003
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – Para uma teoria marxista do jornalismo**. Versão do original de 1987 em <http://www.adelmo.com.br/index3.htm> <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>, último acesso em 25 de novembro de 2012
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Revista Etc..., Espaço, Tempo e Crítica, nº 2 (4), vol. 1. Niterói: UFF, 2007 (pp. 39-52), disponível em [http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf), último acesso em 12 de julho de 2013
- HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Rio de Janeiro: Revista Mana, 1997, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000100001>, último acesso em 12 de julho de 2013
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Fronteira** (verbetes). Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (p. 362)
- KAPUSCINSKI, Ryszard. **Los cinicos no sirven para este oficio – Sobre el buen periodismo**. Barcelona: Editora Anagrama, 2002
- KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2005
- OTA, Daniela Cristiane. **Mapeamento da mídia fronteiriça em Mato Grosso do Sul**. In: MOREIRA, Sônia Virgínia (org.) Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídias e de cultura. São Paulo: Intercom, 2012
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006
- SANTOS, Milton. **Classificação funcional dos jornais brasileiros - As regiões jornalísticas**. In: NOTICIÁRIO DA REDE ALCAR, Ano 7, no. 83, de 1o. de nov. de 2007, disponível em [http://www2.metodista.br/unesco/rede\\_alcar/Rede\\_Alcar\\_83/serie\\_imprensa.htm](http://www2.metodista.br/unesco/rede_alcar/Rede_Alcar_83/serie_imprensa.htm)
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002



SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970